

DÚVIDAS FREQUENTES SOBRE A LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA (LVC)



Quando é que se deve fazer a suspeita de leishmaniose visceral num cão?

Sempre que o cão apresentar pelo menos um dos seguintes sintomas: descamação de pele (principalmente nas bordas das orelhas e ao redor dos olhos), crescimento exagerado das unhas e úlceras de pele (geralmente nas extremidades); associado a dois ou mais sintomas como: emagrecimento, queda de pelos, desânimo, olhar triste, olhos com secreção, vômitos, diarreia e paresia dos posteriores. Nestes casos o cão pode ser considerado suspeito.

2. O cão pode estar com leishmaniose sem apresentar sintomas?

Sim. Nas áreas onde existe transmissão de leishmaniose visceral a maioria dos cães que se infectam não apresenta sintomas (cerca de 60%).

Existem áreas de transmissão de leishmaniose visceral canina em Santa Catarina?

Sim. O município de Florianópolis é considerado área de transmissão da doença. Em 2010, quando os primeiros casos caninos foram diagnosticados, a transmissão acontecia apenas na Lagoa da Conceição. Atualmente a Leishmaniose Visceral Canina está distribuída por mais de 34 bairros da cidade. E em agosto de 2017 foi diagnosticado o primeiro caso humano da doença, no município.

4. O que pode ser feito para proteger o cão contra a leishmaniose?

O principal modo de proteção é evitar que seja picado pelos flebótomos ("mosquito-palha"), por isso é recomendado utilizar coleiras impregnadas com Deltametrina a 4%. As coleiras devem ser utilizadas em todos os cães, mesmo naqueles que tenham sido vacinados. É importante ressaltar que o uso das coleiras não pode ser interrompido. Elas devem ser sempre substituídas quando perderem o prazo de validade. Existem também pipetas e sprays que repelem o inseto vetor, porém possuem tempo de ação reduzida quando comparado as coleiras.

5. Adianta vacinar?

A vacina pode ter efeito protetor para o animal vacinado, mas mesmo assim ele ainda corre risco de se infectar, pois a vacinação não confere 100% de proteção.

6. Qualquer cão pode receber a vacina?

Não. Só podem ser vacinados os cães maiores de 4 meses, sem sintomas de leishmaniose e também sem anticorpos para *Leishmania* no sangue, isto é, aqueles que foram testados e tiveram resultado sorológico negativo.











7. Que tipos de vacinas existem?

Atualmente existe apenas uma vacina que, após ser analisada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Ministério da Saúde (MS), obteve autorização para ser fabricada e comercializada, a *Leish-Tec* da empresa "Hertape Calier Saúde Animal".

8. O cão vacinado pode pegar leishmaniose visceral canina?

Sim, pois cada animal responde à vacinação de acordo com sua capacidade imunológica. Segundo o fabricante, a pesquisa obteve como resultado 96,41% de proteção contra a Leishmaniose Visceral Canina no grupo vacinado, o que corresponde a 71,3% de eficácia vacinal, ou seja, não chega a 100% dos animais. Deste modo, mesmo o cão vacinado pode se infectar com *Leishmania* e assim virar uma fonte de infecção (reservatório do parasita) para os mosquitos-palha.

9. Vacinar os cães diminui o risco de transmissão de leishmaniose visceral para as pessoas ou animais?

Um estudo realizado que avalia o impacto de diferentes métodos de controle na dinâmica da leishmaniose visceral em áreas endêmicas do Brasil relata que a vacina só apresenta eficácia se a cobertura vacinal for alta e a vacina de alta eficácia. Porém, essa é uma estratégia complexa e de alto custo. Desta forma, a *Leish-Tec* (aprovada pela ANVISA) pode ser utilizada apenas como medida de proteção individual para os cães e não como medida para redução da incidência da doença em humanos.

O estudo pode ser lido na integra no link abaixo: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/10/10134/tde-20022015-141318/publico/ANAIA PAIXAO SEVA Corrigida.pdf.

10. O que deve ser feito se um c\u00e3o vacinado vier a apresentar sorologia positiva?

A sorologia positiva é interpretada como sinal de que houve a infecção pela *Leishmania* visto que a vacina pode ter falhas. Portanto, o animal é tido como portador de leishmaniose e está sujeito às medidas sanitárias vigentes.

11. Animais com sorologia positiva podem transmitir o parasita (*Leishmania sp*) para o vetor (mosquito-palha) mesmo se não tiverem sintomas da doença?

Sim. Na natureza os cães são os principais reservatórios do parasita *Leishmania chagasi/infantum,* por isso eles raramente adoecem. No entanto, mesmo aparentemente saudáveis, eles ficam com a pele muito parasitada. Quando o mosquito-palha (flebótomo) pica o cão, suga os parasitas da pele junto com o sangue e se torna um transmissor da doença (vetor), podendo passá-la para outros cães ou para as pessoas.

12. Tratar os c\u00e4es doentes ou positivos poderia ajudar a controlar a dissemina\u00e7\u00e4o da doen\u00e7a?

Os cães tratados reduzem sua carga parasitária temporariamente, mas continuam com o parasita no organismo mesmo estando sem sintomas, porque permanecem como reservatórios deste parasita. Se o cão infectado for mantido em área de transmissão, sem acompanhamento contínuo do médico veterinário e as medidas de proteção (o proprietário deve encoleirar seu cão com coleiras repelentes, telar janelas, entre outras ações recomendadas, definidas conforme o local em que o cão reside), este poderá continuar sendo fonte de infecção para os flebótomos, podendo oferecer risco de transmissão de leishmaniose visceral as pessoas. A leishmaniose visceral humana, se não for diagnosticada e tratada a tempo, pode matar.

13. Existe algum medicamento liberado pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) para o tratamento da leishmaniose visceral canina (LVC)?

Sim. Em novembro de 2016 o licenciamento do medicamento MILTEFORAN $^{\circledR}$ foi emitido respeitando-se as determinações da Portaria Interministerial n°1.426 de 11 de julho de 2008, que regulamenta o tratamento de









cães, proibindo o tratamento da leishmaniose visceral (LV) com produtos de uso humano ou não registrados no MAPA. Cabe destacar que o tratamento de cães com LVC não se configura como uma medida de saúde pública para controle da doença e, portanto, trata-se única e exclusivamente de uma escolha do proprietário do animal, de caráter individual.

Mais sobre o MILTEFORAN[®] pode ser encontrado no link http://www.sbmt.org.br/portal/wp-content/uploads/2016/09/nota-tecnica.pdf

14. Vacinas contra leishmaniose podem ser utilizadas para o tratamento da doença em cães?

A vacina só está indicada para animais sadios, com sorologia negativa, para proteção individual do animal. Elas não têm efeito curativo. E, como já foi explicado, os cães infectados permanecem parasitados mesmo depois da cura clínica, que é a melhora dos sintomas.

15. Os medicamentos utilizados para o tratamento da leishmaniose visceral humana podem ser usados para tratar a LVC?

Não. A Portaria Interministerial nº 1.426/2008 proíbe o uso de medicamentos humanos para tratamento canino de leishmaniose. Essa proibição deve-se ao fato de que o uso rotineiro dessas drogas no tratamento de cães favorece o surgimento de protozoários resistentes. Como as drogas disponíveis para tratamento humano da leishmaniose visceral são poucas, se o parasita criar resistência a elas, poderia ficar muito difícil tratar os casos humanos e isso aumentaria o número de óbitos.

16. Se o cão tiver sido tratado e não apresentar parasitas na biópsia da pele nem sorologia positiva ou se a titulação tiver diminuído ou os exames laboratoriais tiverem normalizados, significa que está curado e não oferece mais risco?

Não, infelizmente. Não há comprovação de que os diferentes esquemas de tratamento utilizados, mesmo sem a recomendação da Portaria Interministerial nº 1.426/2008, sejam capazes de eliminar totalmente os parasitas. É sabido que a interrupção do tratamento muitas vezes faz com que os sintomas reapareçam e, embora a melhora do quadro clínico e laboratorial seja esperada, não é uma condição definitiva. A parasitemia pode voltar a aumentar com o tempo, após término do tratamento, por isso é importante o cão ter acompanhamento veterinário contínuo.

17. Como se pode ter certeza que o cão está com leishmaniose?

O isolamento de *Leishmania chagasi/infantum* na medula óssea, gânglios, fígado, baço ou pele é o padrão ouro para o diagnóstico parasitológico. Porém, os testes sorológicos também são confirmatórios quando são feitos dois exames de sangue: o teste rápido e o ELISA. O teste rápido, também chamado de DPP, é altamente específico e fornece resultado em meia hora, se ele for negativo é garantia de que o cão não está doente, mas se for positivo pode existir uma pequena chance desse resultado ser falso. Por isso, é necessário repetir o exame usando o teste de ELISA, este último, sendo também positivo, confirma o diagnóstico. Portanto, o diagnóstico é confirmado com teste rápido DPP positivo e ELISA positivo realizados no laboratório público oficial de referência (Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN).

18. Onde pode ser feito o exame de sangue?

O exame de sangue é gratuito e realizado pelo LACEN em todo estado de Santa Catarina. As orientações devem ser solicitadas às Vigilâncias Epidemiológicas dos Municípios.

19. Qual a conduta diante de um cão que teve o diagnóstico positivo confirmado?

Todo cão com sorologia positiva, sintomático ou não, oferece risco à comunidade, pois carrega na pele o parasita que causa a leishmaniose visceral. Na presença de flebótomos (mosquitos-palha) onde há cães









positivos existem as condições para a transmissão da doença. Portanto, a recomendação para a quebra da cadeia de transmissão é que todo cão com sorologia positiva deveria ser submetido à eutanásia, de acordo com o *Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses: Normas Técnicas e Operacionais do Ministério da Saúde* (2016).

A eutanásia deverá seguir o preconizado pela Resolução nº 1000, de 11 de maio de 2012 do Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV, Capítulo 1, Artigo 3, inciso II.

20. O médico veterinário ou o proprietário pode optar por tratar o cão positivo ao invés de encaminhá-lo para eutanásia?

Sim. Atualmente, a opção de tratar o cão existe, porém ressalta-se a necessidade de cumprimento do protocolo de tratamento descrito na rotulagem do produto (aprovado pelo Mapa) respeitando-se a necessidade de reavaliação clínica, laboratorial e parasitológica periódica pelo médico veterinário, existindo a possibilidade de realização de novo ciclo de tratamento, quando indicado. Neste sentido, o não cumprimento implica em infração sanitária ao proprietário, com intervenção do poder público por meio administrativo ou judicial.

21. É possível controlar os vetores, isto é, os flebótomos?

Sim. Os flebótomos ou 'mosquitos-palha' vivem e se criam em lugares úmidos, sombreados, protegidos do vento e com solo rico em matéria orgânica. Aproximam-se dos seres humanos e animais para se alimentar. Como são muito pequenos, medindo cerca de 2 a 3 mm, só podem ser contidos por telas de malha muito fina.

Medidas simples como limpeza dos terrenos e quintais, eliminação de resíduos orgânicos do solo, entrada da luz solar, redução da umidade do solo, afastamento dos abrigos dos animais domésticos das casas, podem ajudar a diminuir a quantidade desses insetos.

A aplicação de inseticidas só está indicada em situações especiais, de acordo com a avaliação da Vigilância Epidemiológica. As pessoas podem se proteger das picadas, usando roupas compridas e evitando permanecer nas áreas externas durante o entardecer e período noturno.

22. É possível controlar a transmissão para os cães?

Para evitar a disseminação da doença entre cães são necessários alguns cuidados. Em primeiro lugar está o controle da população de cães errantes que deve ficar sob a responsabilidade do município, segundo as normas vigentes no Código Sanitário. Todos estes cães devem ser testados para LVC antes de serem encaminhados para adoção.

Em segundo lugar estão as medidas de proteção para evitar a picada de flebótomos como: a telagem de canis individuais e coletivos (sobretudo os canis de clínicas veterinárias, abrigos de animais, hospitais veterinários e canis públicos) com tela de malha muito fina; utilizar coleira com deltametrina a 4% (substituindo-a a cada quatro meses) e afastar o animal de áreas com maior probabilidade de transmissão.

Também é importante reforçar os cuidados elencados para reduzir a proliferação do flebótomo.

23. Os conceitos cunhados na legislação de 1963, quando foi regulamentado o programa de controle da leishmaniose visceral, se aplicam atualmente?

Sim. No entanto, existe a necessidade de suplementação do decreto lei nº 51.838 de 1963, para incorporação das ações descritas no Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral elaborado pelo Ministério da Saúde.











24. A leishmaniose visceral canina é agravo de notificação compulsória?

Sim. Todo cão suspeito de ser portador de leishmaniose visceral canina deve ser reportado à Vigilância Epidemiológica do município para proceder à investigação do caso, conforme fluxo para notificação e investigação de caso suspeito de LVC. O Guia básico de Orientação da Leishmaniose Visceral Canina é encontrado no site da DIVE/SC.

Divisão de vetores, reservatórios, hospedeiros e outros (DVRH)

Gerência de Vigilância de Zoonoses, Acidentes por Animais Peçonhentos e Doenças Transmitidas por Vetores (GEZOO)

dvrh@saude.sc.gov.br vigizoo@saude.sc.gov.br (48) 3664-7479/7480/7482







